

Resenha

OLSON, James M. *Fair Play: The moral dilemmas of spying*. Washington: Potomac Books, 2006.

Marcelo Oliveira*

Até que ponto é moralmente aceitável que uma agência de inteligência, à custa de violações de direitos humanos, financie, em outro país, o combate a um grupo terrorista que atacou sua embaixada? Ou ainda, é admissível, sob o ponto de vista moral, fornecer inteligência para direcionar ataques militares a um complexo de apartamentos onde moram civis, mas que abriga, simultaneamente, um laboratório de armas biológicas?

Esses são exemplos das instigantes questões que permeiam *"Fair Play: the moral dilemmas of spying"*, obra de James Olson. Lançado originalmente em 2006, o livro é alicerçado por vigas mestras que não perdem sua atualidade, justamente por inserirem elementos intrinsecamente atemporais em situações calcadas no real ou simplesmente hipotéticas. Estas acabam por compor os 50 cenários escolhidos por Olson para análise, realizada sob o ponto de vista da realidade estadunidense.

Ainda que sejam esses os parâmetros norte-americanos que ilustram as situações expostas no decorrer do texto, a ideia de Olson é agregar a dimensão ética à perspectiva técnica de um pro-

fissional de inteligência, seja ele de que país for. A reboque de uma realidade que envolve uma atuação de inteligência espalhada pelo mundo – sob os mais variados propósitos e ambientes – bem como interações de grandes e poderosas agências como a CIA, o FBI e a NSA, somos gentilmente convidados a extrair os dividendos éticos que cada um dos cenários apresenta.

O enlaçamento do leitor se inicia a partir da originalidade de perspectiva com que o autor começa a abordar o tema: antes de partir para análise extramuros, discute as especificidades que a carreira de inteligência lhe trouxe, a partir de seu próprio recrutamento a uma profissão que jamais sonhara quando criança. Uma das mais curiosas é relativa à decisão que Olson e os amigos devem tomar sobre a pertinência em revelar aos filhos a natureza de seus ofícios, para além de suas estórias-coberturas que adotam nos países que operam. Em seu caso, uma carta recebida quando trabalhava na Áustria, introduzida sob o preâmbulo de "Prezado Cão Infiel" e citando nominalmente seus filhos e sua esposa (também pertencente à CIA), foi convincente

* Especialista e Mestre em psicologia.

o bastante para que consolidasse a decisão de informar a verdade ao primogênito, pedindo seu auxílio na preservação da segurança da família.

Olson também é feliz ao reservar um capítulo à exposição de argumentos filosóficos e históricos que lançam luz sobre quais ações são permissíveis a um estado na busca de seus interesses. Sem a pretensão de desenvolver um estudo exaustivo dissociado da aplicação às questões relacionadas à espionagem e à moralidade pública, são expostas diversas visões sobre tentativas de deslinde de nós morais; para tanto, são enfocados argumentos contidos na Bíblia, desenvolvidos por pensadores como Aristóteles, Cícero, São Tomás de Aquino, passando por Maquiavel e Kant. É explorada, ainda, a projeção lançada a partir de pontos de vista com repercussões no campo das relações internacionais (*Realpolitik* e Utilitarismo), sob a questão fundamental que reside na distinção da escolha, dificilmente monocromática, entre o bem e o mal.

Outra discussão que merece um capítulo à parte no texto de Olson é a atitude dos Estados Unidos frente à espionagem. Recordando que as relações que o país estabelece com a inteligência oscilam entre o amor e o ódio – reticência que resultaria na instalação de um serviço civil relativamente tardio naquele país em relação a outros *global players*, com o estabelecimento do *Office of Strategic Services* in 1942 –, lança uma questão que ajuda a rastrear a desconfiança, talvez inconsciente, da população frente às atividades da área: “Espionagem e democracia poderiam conviver?”

Com a trajetória profissional de anos de experiência – inclusive como agente operacional instalando cabos de comunicação em plena Moscou, na Guerra Fria – Olson também replica sua audácia no campo teórico ao explorar questões como essa. Traz para a arena de discussão, desse modo, a contradição entre a vigilância democrática interna em seu país e a interferência em rumos da política doméstica em outras nações, vários dos quais citados no decorrer da exposição. Se a espionagem e a *covert action* no exterior estão amparadas legalmente, como no caso dos Estados Unidos, seriam elas mais justas e eticamente aceitáveis?

O livro recorda afirmações como a do ex-diretor da CIA, Allens Dulles, sublinhando que “há poucos arcebispos na espionagem” e a de Richard Helms, também ex-ocupante do mesmo cargo, malicioso na avaliação de que o pessoal de sua equipe “não integra os escoteiros”. Em sendo assim, quais seriam os contornos aceitáveis da plasticidade moral? Olson dá voz a opiniões discordantes, que repelem as *covert actions* como algozes da própria democracia, autodeterminação ou liberdade que, em última instância, intentam defender. De sua parte, contudo, em um viés pragmático que permeia “*Fair Play*”, Olson expressa que, sem determinados artifícios associados à espionagem, tais como a ilusão, a própria segurança em um mundo real estaria comprometida.

Ambas características acima citadas, ou seja, o respeito pela divergência e o pragmatismo, manifestam-se também no cerne do livro. Seu autor habilmen-

te esculpe os 50 cenários propriamente ditos percorrendo o fino liame do “se” e “quando” seria moralmente aceitável efetuar uma ação ou decisão de inteligência, a partir da abrangência de opiniões e da verossimilhança das situações expostas. Concebe isso de tal modo a ponto de o leitor, nos dilemas mais angustiantes, sentir-se um pouco mais aliviado por se perceber segurando apenas um livro intelectualmente provocador, em vez de angustiado em uma cadeira de chefia de operações, premido por um senso de urgência que a caneta na mão não lhe deixa esquecer.

Assim, a exposição de cada cenário é construída a partir de uma descrição da situação hipotética, seguida da questão motivadora – necessariamente um dilema moral – e opiniões diversas, finalizadas com um comentário do autor. Nessa estrutura, pessoas com diferentes *backgrounds* (estudantes de graduação, doutorandos, professores, diplomatas, oficiais de inteligência, militares, escritores, jornalistas e religiosos, por exemplo) posicionam-se em relação ao que fariam, justificando o porquê de suas decisões.

Seria obviamente tentador para um processo de simplificação da realidade encontrar uma uniformidade entre os profissionais de inteligência experientes em sua área de atuação ou categorizar opiniões em bloco a partir da formação técnica de cada um dos participantes. Não é o que acontece no texto, em larga escala. Contudo, cabem aqui duas observações.

A primeira diz respeito ao apelo à repercussão prática de determinada ação de que muitos dos colaboradores lan-

çam mão ao expressarem sua opinião. Esse recurso, é bem verdade, esmaece, em certa medida, a discussão cujo fluxo correria apenas em um leito moral. Por outro lado, ela inclui o vetor da consequência – incluindo o vazamento – como potencial inibidor de uma atuação profissional, cuidado que é perfeitamente plausível e considerado em qualquer *briefing* operacional.

Podemos percebê-la no discurso tanto de profissionais da comunidade de inteligência, quanto de pessoal externo a ela, às vezes, enfocando pontos diferentes dos resultados da intervenção proposta. Deste modo, há um jornalista que não vê implicação moral na hipotética situação de recrutamento de seus companheiros de profissão europeus pela CIA, desde que isso não redunde em desinformação à população estadunidense. Por outro lado, oficial da área de inteligência discorda da prática, por considerá-la imprópria moralmente, além de arriscada no aspecto prático – leia-se deletéria em caso de vazamento.

A segunda observação a ser levada em conta é relativa à validação entre o que é dito que seria feito e a decisão tomada, se o caso fosse real. Assim, a segurança embutida no campo especulativo da simples suposição pode inclinar os colaboradores a dispensarem as várias facetas envolvidas nos dilemas e frequentemente expressarem suas opiniões sem maiores ponderações, na busca apressada de um refúgio em um dos extremos da linha moral. O leitor, entretanto, mantém a oportunidade de seguir apreciando o desenrolar de um debate imaginário, à medida

que as opiniões são expressas e pode se surpreender, com frequência maior que a esperada, a terminar o dilema lido com sua opinião reposicionada pelos argumentos apresentados. Isso acaba por reproduzir, em uma escala individual e mais breve, os bastidores envolvidos na discussão e na aprovação de planos operacionais que ensejem intervenções como aquelas descritas por Olson.

São poucas as questões em que as opiniões são unânimes, mas elas também são reveladoras do que seriam (mais provavelmente) pontos de limite intransponíveis em situações reais. Uma delas, por exemplo, trata do cenário em que um membro do Vevak (Ministério da Inteligência e da Segurança Nacional iraniano), dependente de cocaína, vai ao FBI oferecer sua colaboração, incluído aí acesso a documentos classificados, em troca do sustento de sua dependência.

A oferta soa inaceitável nas opiniões de professora de ensino médio, estudante, ex-diretor de inteligência, oficial de inteligência e ex-agentes do FBI por variados motivos (morais e práticos). Olson recorda que não é raro que agentes peçam a seus encarregados de caso medidas ilegais para abreviar ações de Inteligência, levando em conta que estão sob cobertura e realizando em outro país atividade que seria considerada ilegal. Porém, não consideram que agências como FBI e CIA desaprovarem medidas que não estivessem expressas em normativas legais de seu país. Segundo defende, de forma incisiva, as acusações de ilegalidades realizadas pela CIA desde a Guerra do Vietnã – passando pelo apoio a Manuel Noriega no Panamá e ao apoio a traficantes

afegãos – nunca foram provadas, o que, contudo, não desmonta a existência de teorias nesse sentido.

Outra questão fictícia em torno da qual gravita rara unanimidade em *Fair Play* é aquela em que é exposta a situação de um funcionário do governo do Iêmen que possui uma filha de 9 anos com diagnóstico incerto em uma questão de saúde que vem trazendo à garota uma série de prejuízos. Até que ponto – indaga Olson – seria moralmente aceitável utilizar um diagnóstico falso agravando a doença da criança para convencer o pai a colaborar com a inteligência norte-americana, em troca do custeio de um suposto tratamento propiciado por uma medicação “cara”?

A rejeição a esse recurso é vividamente compartilhada, por exemplo, por um professor e poeta, por um estudante de graduação, mas também por ex-membros da CIA e pelo próprio autor, que argumenta que, em seus anos de profissão, jamais viu ser usado artifício como o descrito acima, no qual um falso diagnóstico é utilizado como base coercitiva para forçar a colaboração. O uso de uma criança como joguete em uma cartada da espionagem soa repulsivo a ponto de um dos colaboradores expressar que os “*good guys*” virtualmente representados pela CIA não fazem coisas como essas.

Um aspecto curioso na leitura e que se torna um atrativo involuntário do texto são as tarjas negras sobrepostas ao texto, capazes de cobrir as informações tidas como classificadas e, portanto, comprometedoras em caso de revelação. Às vezes, elas recaem sobre nome dos colaboradores (provavelmente, à época, na

ativa) e, em outras, suprimem parte da totalidade da página. Esse é o caso da exposição do autor de sua opinião sobre o uso de artifícios letais (leia-se medidas suicidas) distribuídos a agentes em ações muito arriscadas, como no caso dos pilotos dos aviões-espiões dos U-2, que passaram a sobrevoar a União Soviética no fim dos anos 1950. Notas de edição recordam que o material precisou, preventivamente, ser revisado pela CIA, e que as opiniões expressas individualmente pelo autor ou por colaboradores da agência ou de órgãos do governo estadunidense não expressam necessariamente o ponto de vista desse ente.

Fair Play merece estar na estante – ou, mais precisamente, na cabeceira – dos integrantes da comunidade de inteligência, estudiosos do tema ou simplesmente por leitores ávidos pela provocação intelectual da melhor estirpe. A definição do jornal *Washington Times*, para o qual o livro é, sobretudo, “fascinante (...)”, colocando assuntos melindrosos na mesa para uma discussão razoável”, ajuda a resumir, com elegância, a ousadia e a competência com que James Olson brinda o afortunado leitor de sua obra. E, dificilmente, haverá qualquer dilema quanto a isso.